

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.926 - MG (2019/0301248-6)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : ANTONIO CARLOS LIMA (PRESO)  
**ADVOGADO** : BEN-HUR PESSOA SANTOS - MG195291  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ANTONIO CARLOS LIMA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.107247-9/000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes), à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado, negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE ENTORPECENTES - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA - DECISÃO A QUO FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA EXCEPCIONAL PREVISTOS NOS ARTS. 312 E 313, I E II, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA - EXORBITANTE QUANTIDADE DE DROGAS - NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - PENA MÁXIMA COMINADA SUPERIOR A QUATRO ANOS - REITERAÇÃO DELITIVA - ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - INOCORRÊNCIA - EXPECTATIVA DO RESULTADO DE JULGAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE.- Não há que se falar em constrangimento ilegal se a sentença condenatória fundamentou a necessidade de manutenção da segregação preventiva do paciente na necessidade de garantia da ordem pública, mormente em face da exorbitante quantidade de entorpecentes, em tese, apreendida e da reiteração delitiva do paciente.- Presentes os requisitos previstos no art. 312, do Código de Processo Penal, é possível a manutenção da prisão cautelar quando se tratar de crime punido com pena máxima superior a quatro anos de reclusão, conforme ocorre no caso em análise (art. 313, I, e II, do Código de Processo Penal).- Não há que se falar em afronta ao princípio constitucional da presunção de inocência se observada a excepcionalidade do cárcere, subordinada à necessidade concreta, real,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*efetiva e fundamentada de sua manutenção.- A aferição quanto a possibilidade de absolvição do paciente, definição quanto ao regime inicial do cumprimento de pena e pena substitutiva depende de uma análise criteriosa das provas de autoria, circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, da existência de agravantes/atenuantes e minorantes/majorantes, sendo necessário um profundo exame probatório, o que não se pode admitir em sede de Habeas Corpus (fl. 475).*

No presente recurso, assevera que não mais persistem os motivos que ensejaram a decretação da custódia cautelar. Pondera que a anterior condenação do paciente por estelionato em 2002 não implica em possibilidade de reiteração delitiva, uma vez que é delito de natureza diversa do que o aqui tratado e com intervalo de 17 anos entre as duas ocorrências.

Por fim, invoca o princípio da presunção de inocência. Sustenta a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso traz pedido idêntico ao formulado no HC 537.569/MG, ainda em trâmite perante esta Corte Superior, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no *Habeas Corpus* n. 1.0000.19.107247-9/000.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste reclamo, reservo a análise da controvérsia aos autos da primeira impetração.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.**

**MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

*I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.*

*II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.*

*Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).*

Por tais razões, não conheço do presente recurso em *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

